

DIREITO PARA INFLUENCIADORES DIGITAIS

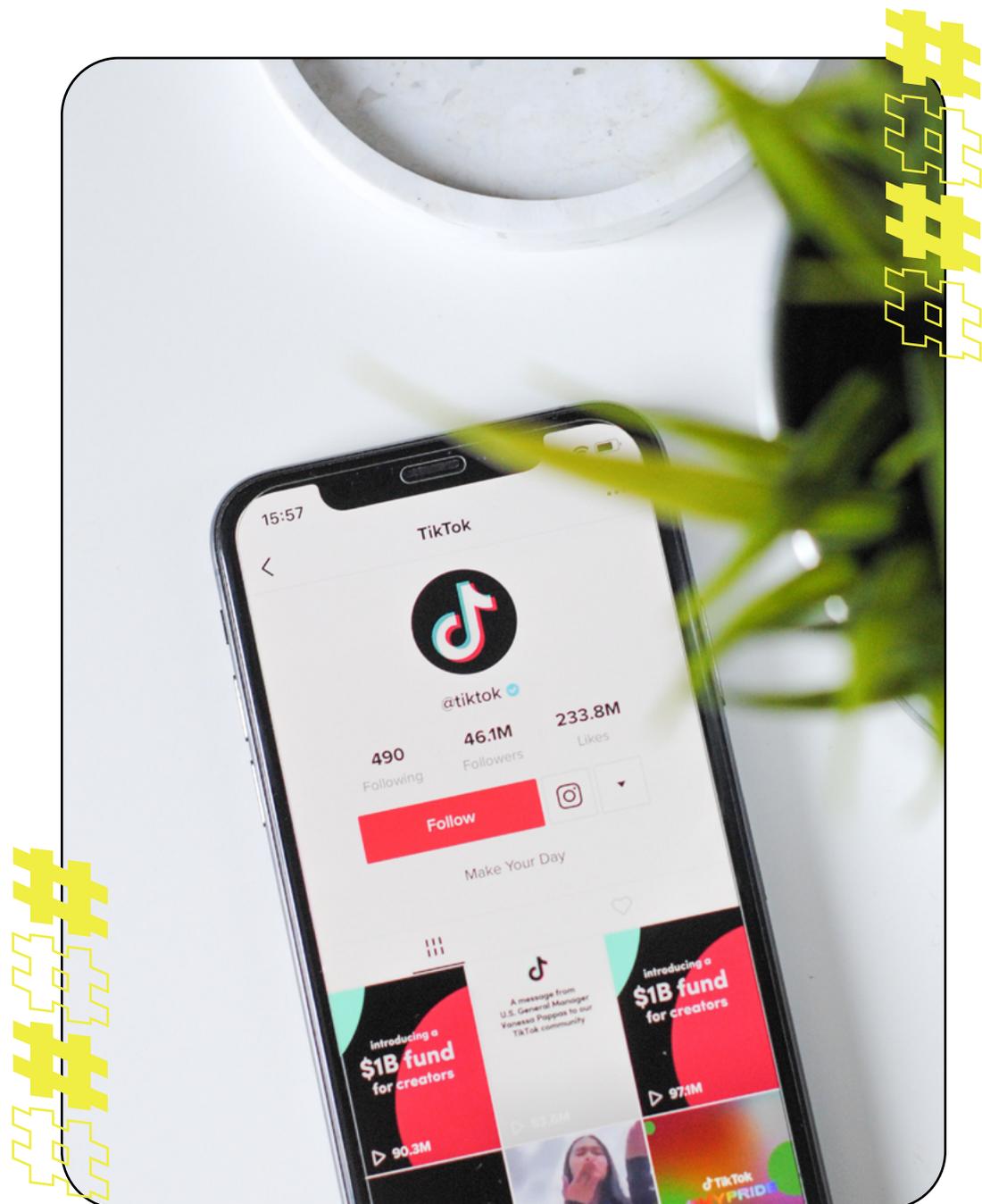


Pow@rjus



Numa sociedade cada vez mais digital, criar autoridade na internet é importante para todas as profissões. Nessa pegada, tem se tornado extremamente relevante o trabalho dos influenciadores digitais, grandes referências na produção de conteúdo em diferentes áreas.

Sabe-se, porém, que grandes poderes implicam em grandes responsabilidades. Para ter sucesso na internet, sem se envolver em problemas jurídicos, é preciso conhecer as regras do jogo. Isso porque a rede mundial de computadores, ao contrário do que se imagina, é um ambiente regulado por lei. Ou seja, tem limites precisos de direitos e deveres para todos os atores.



Termos de uso: a porta de entrada para as redes sociais

Vamos começar pelo básico. Ao adentrar um espaço físico, é sempre necessário respeitar as normas locais, certo? Na internet, o procedimento é o mesmo. Redes sociais e plataformas digitais têm regras específicas, expressas em seus termos de uso e política de privacidade. Basta procurar por esses documentos em algum link no respectivo ambiente digital.

Nos termos de uso, é possível encontrar as definições para navegação segura naquele espaço. Nele, há os mecanismos de segurança e a explicação de como acessar as funcionalidades digitais disponíveis. É importante conhecer seu conteúdo para evitar a realização de operações proibidas.

Por exemplo, criar perfil com nomes famosos, fazer downloads em ambientes em que isso é proibido ou publicar conteúdos em formatos diferentes do suportado ali.

Redes sociais e a política de privacidade

Por sua vez, a política de privacidade é o documento que contém as regras de proteção da propriedade intelectual daquele ambiente digital. Ela inclui os usos permitidos sobre as marcas e a gestão de textos, imagens, vídeos e outras obras ali existentes, que são protegidas por direito autoral.

Além disso, a política de privacidade tem a importante função de regular o uso de dados pessoais captados de seus usuários.

Para evitar advertências, bloqueios ou até banimento das redes sociais e plataformas digitais, é muito importante que os influenciadores digitais conheçam esses documentos. Mais do que isso, que entendam os valores que eles regulam e protegem. É aí que entra em campo o conhecimento sobre marcas, direitos autorais, direito de imagem, dados pessoais e crimes cibernéticos.

Marca como um direito do influenciador digital

Por falar em marcas, o nome do influenciador digital ou endereço de suas redes sociais pode (e deve) ser registrado como marca. Juridicamente, a marca é o registro do sinal distintivo (nome + desenho e cores) de um produto ou serviço no mercado. Ele é feito junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O influenciador que utilizar de maneira exclusiva um único nome, como marca de seus serviços, terá maior poder de atração para sua comunicação com os seguidores.



Caso o nome escolhido não seja totalmente original, o influenciador pode ser confundido com outras pessoas. Além disso, há chances de receber uma notificação de usuário com utilização anterior daquele nome e ser obrigado a trocar de identidade visual. No pior dos cenários, se o influenciador não registrar o seu próprio nome, corre o risco de um homônimo registrar aquele nome como marca junto ao INPI antes dele.



Influenciador, proteja seu conteúdo e sua imagem!



Não são apenas as marcas protegidas no âmbito da propriedade intelectual. Todos os vídeos, fotos, desenhos, figuras e textos do influenciador são considerados obras autorais e merecem a proteção da lei. Significa dizer que ninguém pode copiar o conteúdo sem prévia autorização.

É claro que o influenciador precisa de curtidas, compartilhamentos e repostagens. Porém, tudo sempre dentro dos termos de uso e política de privacidade das respectivas plataformas digitais ou redes sociais.

Assim, a Lei de Direitos Autorais é uma importante aliada para que o influenciador possa notificar as reproduções e usos não autorizados de seus conteúdos. Especialmente quando existem fins comerciais ou quando o uso viola a sua honra.

Na mesma medida em que protege o influencer, a lei autoral precisa ser respeitada por ele. Assim, não vai gerar suspeitas de plágio ou de falta de originalidade em seu conteúdo.

A última coisa que qualquer influenciador digital quer é o abalo de sua imagem. Por falar nisso, a imagem também é protegida por lei. Juridicamente, ela abrange tanto a aparência do indivíduo (imagem objetiva) quanto o conceito que as pessoas fazem dele (imagem subjetiva).

Atenção redobrada a sua imagem

O uso não autorizado da imagem de alguém pode ensejar danos materiais quando:



Gerar lucro para terceiros



Causar dano moral



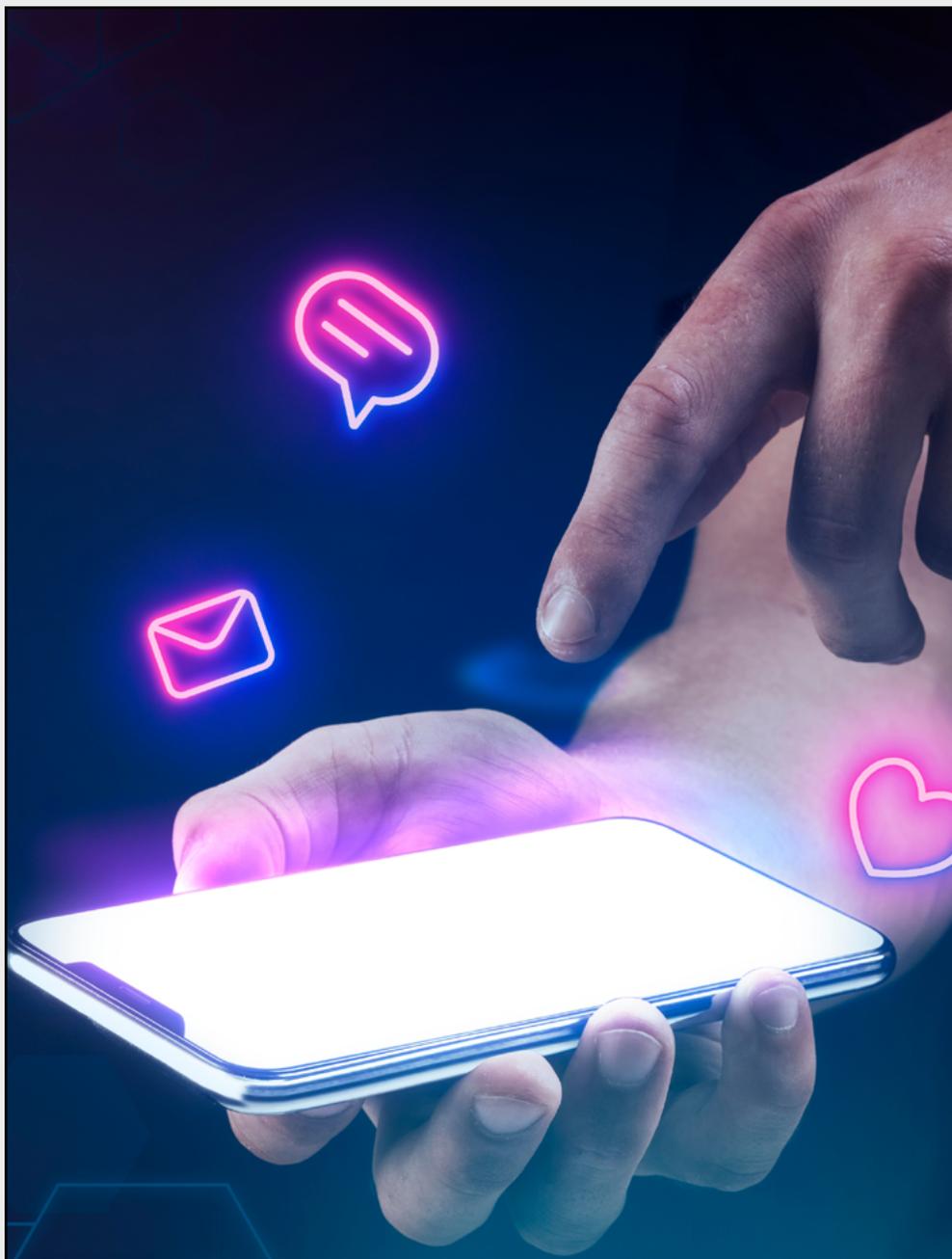
Abalar a honra e a respeitabilidade do seu titular

Dessa forma, é muito importante o influencer estar atento ao uso que está sendo feito de sua imagem na internet. Ela é o seu bem mais precioso. Assim, é preciso ter equilíbrio para discernir entre o que é o uso espontâneo e positivo e o que é o uso depreciativo.

O primeiro promove autoridade (compartilhamentos, homenagens, fãs-clubes). Já o segundo é ofensivo ou exploratório (páginas falsas, críticas de baixo nível, aproveitamento publicitário), causando prejuízo patrimonial ou moral.

Uma gestão eficiente do direito de imagem do influenciador deve prever o envio de e-mails e notificações extrajudiciais para alertar e suspender os usos ilegais da imagem. Além disso, antecipar eventuais procedimentos judiciais para os casos mais graves de lesão aos seus direitos e interesses.

Importante lembrar que a imagem, para além de um direito da personalidade do influenciador, é também um dado pessoal. Nesse ponto, surge a necessidade de conhecer a nossa atual Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ou apenas LGPD, como é conhecida.



Proteção de dados e o trabalho do influenciador

A LGPD garante a proteção de todos os dados que individualizam a pessoa natural, tais como nome completo, endereço, estado civil e CPF. Ela também assegura especial cuidado com os chamados dados sensíveis. Por exemplo, condições de saúde, identidade de gênero, etnia, religião e outras informações cujo compartilhamento pode gerar discriminação.

Dessa forma, é importante que o influenciador não só proteja seus dados pessoais, refletindo sobre o que vale a pena ou não compartilhar na internet. É fundamental também respeitar os dados pessoais de seus seguidores. Logo, deve-se tomar os devidos cuidados para que, inadvertidamente, não acabe tornando públicas informações privadas e protegidas por lei.

Por fim, vale ressaltar que, para os casos mais graves, o influenciador sempre terá como garantia os dispositivos penais de combate aos crimes cibernéticos. Eles dispõem sobre a investigação e a punição de práticas como:

- **Vazamento de dados**



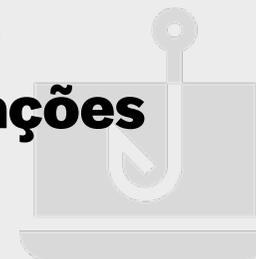
- **Perseguição obsessiva (stalking)**



- **Hackeamento de contas**



- **Sequestro de informações**

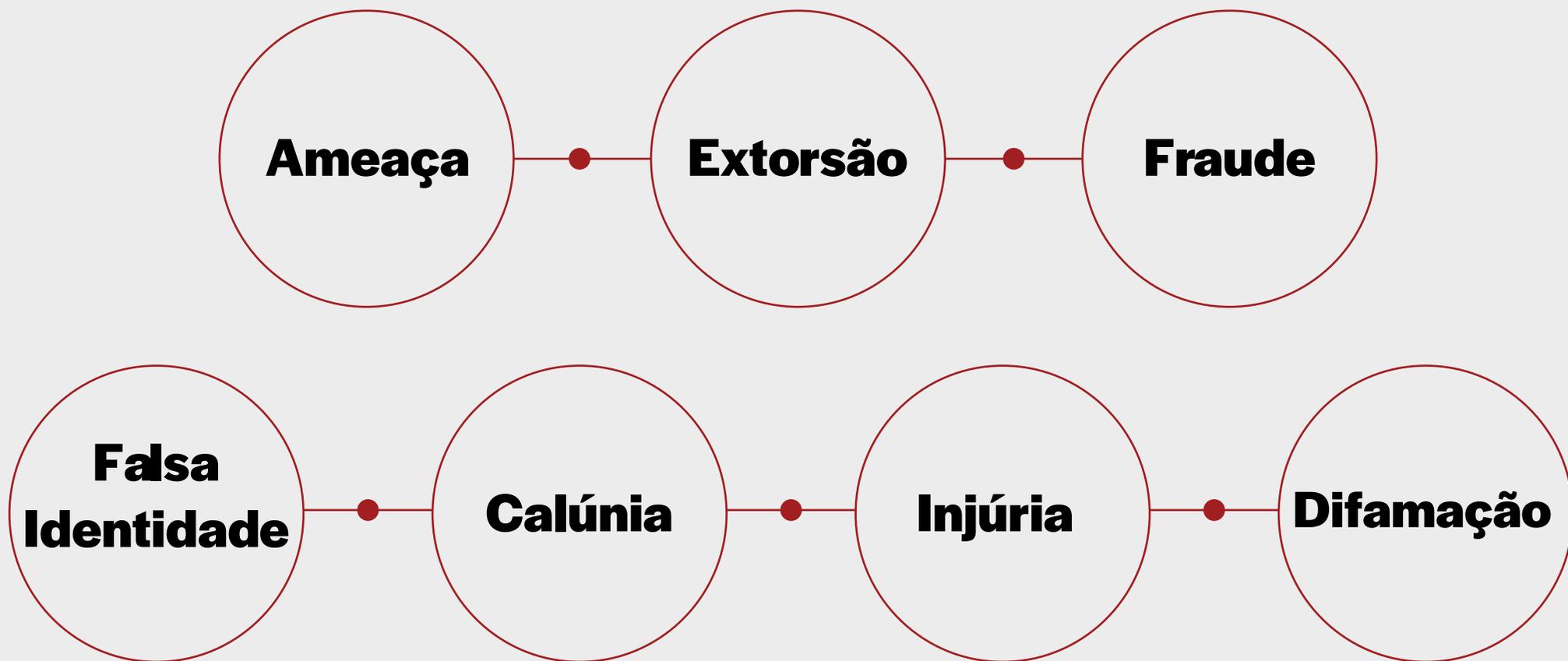


- **Pirataria de ativos**



Não apenas os crimes cibernéticos são aplicáveis ao ambiente na internet. Os demais crimes podem ocorrer no ambiente digital e deverão ser investigados e punidos.

Os mais comuns são:

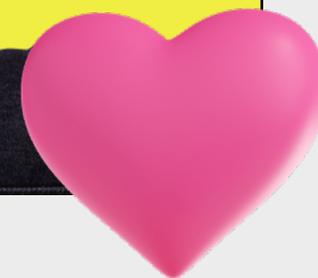


Em casos assim, ter a assistência de um advogado pode ser útil para identificar e tomar as providências cabíveis em cada situação.

O Direito também abraça os influenciadores e seu trabalho digital

Como se vê, o Direito é fundamental para os influenciadores digitais. Trata-se de um conhecimento estratégico, que entra em campo como ferramenta de prevenção de conflitos e de garantia de crescimento exponencial seguro.

Certamente, terá mais longevidade na internet o influenciador que conhecer as leis que regem diretamente o seu trabalho. Além disso, que souber usar a seu favor as ferramentas jurídicas de proteção da imagem, dos direitos autorais, de sua privacidade e dados pessoais. Todas elas estão amplamente disponíveis e ainda pouco exploradas pela sociedade digital.



@powerjuscursos



powerjuscursos



powerjus.com.br